



FARINHA, MADEIRAS E CABOTAGEM:

a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial





Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS
MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Antônio Roberto da Paixão Ribeiro
Dorival de Freitas
Fernando Rios do Nascimento
Jaênes Miranda Alves
Jorge Octavio Alves Moreno
Lino Arnulfo Vieira Cintra
Lourival Pereira Júnior
Maria Laura Oliveira Gomes
Marcelo Schramm Mielke
Marileide Santos Oliveira
Raimunda Alves Moreira de Assis
Ricardo Matos Santana



Marcelo Henrique Dias

FARINHA, MADEIRAS E CABOTAGEM:

a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial



Ilhéus - Bahia



Editora da UESC

2011



©2011 by MARCELO HENRIQUE DIAS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-900 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

*Ilha de Itaparica (no plano central, destaca-se uma
embarcação de vela latina, utilizada no transporte de farinha)*
Imagen retirada do livro Ikonografia Baiana do Século XIX, da Biblioteca Nacional, originada do livro Viagem pitoresca através do Brasil, de Johann Moritz Rugendas.

REVISÃO

Maria Luiza Nora
Aline Nascimento



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D541 Dias, Marcelo Henrique.
Farinha, madeiras e cabotagem : a Capitania de Ilhéus no
antigo sistema colonial / Marcelo Henrique Dias. – Ilhéus :
Editus, 2011.
282p. : il.
Bibliografia : p.265-282.

ISBN: 978-85-7455-220-0

1.Ilhéus (BA) – História – Período colonial. 2. Ilhéus (BA) –
Capitanias hereditárias 1700-1850. I. Título.

CDD – 981.425





Dedico este trabalho ao historiador e professor José Roberto do Amaral Lapa (in memoriam), que muito cedo percebeu as múltiplas orientações dos mercados coloniais e a importância estratégica que as zonas de abastecimento interno de alimentos e matérias-primas exercearam no sistema econômico colonial.







Apresentação e agradecimentos

Este trabalho corresponde a um recorte de minha tese de doutorado, intitulada “Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial”, defendida no PPG – História, da UFF, em julho de 2007. No trabalho original, constituído de duas partes, a primeira é dedicada ao estudo da formação das estruturas agrárias e das articulações econômicas da Capitania de Ilhéus entre os séculos XVI e XVIII, enquanto a segunda procura reconstruir quadros da paisagem rural e apontar o caráter da economia e da sociedade das várias freguesias que compunham o território da antiga donatária. Dadas as dimensões do trabalho original, optei por desmembrá-lo para favorecer a publicação, sendo que este livro corresponde à primeira parte, com algumas modificações que não alteraram substancialmente o texto original.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que, através de seu programa de capacitação docente, ofereceu as condições institucionais e materiais necessárias à realização deste trabalho. A comunidade acadêmica da UESC tem se empenhado em promover a pesquisa científica em campos variados do conhecimento, com a priorização do apoio financeiro a projetos de pesquisa na forma de bolsas de estudo, estrutura física, canais de divulgação e recursos para a participação em eventos. Neste ambiente acadêmico saudável, a pesquisa histórica também vem ganhando terreno.





Foi inestimável a contribuição de amigos e colegas como o Prof. Henrique Lyra, o Prof. Maurício S. Moreau e Elisa F. Garcia. Não poderia deixar de fazer referência aos profissionais da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo Público do Estado da Bahia e do CEDOC/UESC, os quais me deram todo o auxílio no trabalho cotidiano de levantamento de fontes, produção de fotografias, microfilmagens e cópias digitalizadas de documentos.

Tenho certeza de que não poderia ter escolhido uma instituição mais adequada do que o Programa de Pós-Graduação em História da UFF para a realização deste trabalho. Pela tradição que detém no campo da História Agrária e pela reconhecida autoridade de vários professores do atual quadro docente em vários aspectos da história colonial do Brasil, o referido Programa se constitui num esteio privilegiado de pesquisas afins.

Papel primordial na realização deste trabalho teve minha orientadora, a Profa. Sheila Faria. Sou muito grato a ela por ter aceito a tarefa de me orientar à distância, o que fez com muita objetividade e simpatia. À banca, composta por Francisco Carlos Teixeira da Silva, Márcia Motta, Ângelo Carrara e Carlos Gabriel Guimarães, além da orientadora, agradeço as inestimáveis contribuições, as quais procurei incorporar na revisão.

Agradeço a minha velha família – meus pais, minha irmã, meus tios e meus finados avós – pelo carinho e pelo apoio que sempre dispensaram aos meus estudos.



Um agradecimento especial à minha mulher, Tiane, pela sua preciosa contribuição na solução de problemas ortográficos e gramaticais que surgiam no caminho. O amor dela e de meus filhos – Luana, Pedro Henrique e Thales – é ao mesmo tempo a inspiração e a dádiva que dão sentido ao meu trabalho e a minha vida. Obrigado.

Marcelo Henrique Dias







Abreviaturas

BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
(Rio de Janeiro)

AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador)

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
(Salvador)

CEDOC/UESC – Centro de Documentação em
História Regional/Universidade Estadual de Santa Cruz,
Ilhéus – Bahia

CEDIC/UESC – Centro de Documentação e Infor-
mação Cartográfica

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Na-
cional (Coleção)

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfí-
co do Brasil

RIGHB – Revista do Instituto Geográfico e Históri-
co da Bahia

AAPEB – Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia

LNVI – Livros de Notas da Vila de Ilhéus



Moedas

Conto de réis - Moeda divisionária portuguesa que permaneceu em uso no Brasil, correspondente a um mi- lhão de *reais* ou um milhar de *mil-réis*.

Cruzado - Moeda divisionária do Reino de Portu- gal, equivalente a 400 réis.

Mil réis - Milhar do *real*, unidade monetária que vigo- rou em Portugal até 1911, quando o escudo o substituiu e no Brasil até 1942, quando surgiu o cruzeiro com o mesmo valor.



Pataca - Moeda espanhola no valor de 420 réis, que circulou em Portugal e na América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640). Após a restauração, o Reino de Portugal lançou uma pataca em prata, correspondendo a 320 réis.

Pataco (ou patacão) - Antiga moeda portuguesa equivalente a 40 réis.

Tostão - Antiga moeda divisionária de Portugal, equivalente a 100 réis.

Vintém - Antiga moeda divisionária correspondente a 20 réis ou $\frac{1}{20}$ do cruzado português.

Pesos e Medidas

Alqueire - Medida de capacidade para grão e artigos secos, equivalente a 36,27 litros.

Sírio - Medida que, na Bahia colonial, variava entre 1,5 e 2 alqueires.

Arrátei - Antiga unidade de peso, equivalente a 16 onças, 0,46080 quilograma, ou uma libra portuguesa, por aproximação.

Arroba (@) - Antiga unidade de medida de peso, equivalente a 32 libras ou arráteis e a 14,74560 kg. Unidade ainda usada no Brasil, como medida de peso de produtos agropecuários, equivalente a 15 kg.

Quintal - Equivalente a 4 arrobas ou a 58,75 kg.

Libra - Medida de massa inglesa, equivalente a 0,4535923 quilograma. Por aproximação, associaram-na ao arrátei, que regula 16 onças ou 0,46080 quilograma.

Quarta - Medida de volume equivalente a 1/4 do alqueire ou nove litros aproximadamente.

Braça - Unidade de medida agrária correspondente a duas varas ou a 2,20 metros. Na Inglaterra equivalia a 1,80 metro. A braça quadrada confere 4,84 m².



Hectare - Medida agrária correspondente a 100 ares ou um hectômetro quadrado ou, ainda, a 10.000 metros quadrados (10.000 m^2).

Légua - Medida de distância de origem celta, variável conforme a época, o país e a região. Na América portuguesa, a légua de sesmaria correspondia a 3.000 braças ou 6.600 metros quadrados; a légua portuguesa correspondia a “28.168 palmos craveiros ou 2.818 braças de 10 palmos cada uma ou 8.000 milhas”, regulando 1.000 passos. Como medida de distância, a légua portuguesa media 5.572 m; e no Nordeste do Brasil a légua equivale a 6.000 m. Como medida de superfície agrária, considera-se no Brasil a léguia de 6.000 m² ou 3.960 hectares.

Palmo - Medida de comprimento equivalente a oito polegadas, aproximadamente igual à distância entre a ponta do dedo polegar e a do mínimo ou a 0,22 metro (22 centímetros).

Passo - Medida de comprimento equivalente a cinco pés ou 1,65 metro.

Pé - Medida de comprimento equivalente a 12 polegadas ou 0,33 metro.

Tarefa - Medida agrária, equivalente, no Ceará, a 3,630 m²; em Alagoas e Sergipe, 3,052 m²; e na Bahia, a 4,356 m² (30 X 30 braças).

Vara - Medida de comprimento de cinco palmos ou 1,10 metros.







SUMÁRIO

Prefácio.....	17
Introdução	21
1 Ocupação territorial e articulações mercantis...53	
1.1 O processo de ocupação do território	56
1.2 Da vocação à obrigação: a Capitania de Ilhéus no mercado regional de farinha	83
2 A imposição política de um perfil agrário.....111	
2.1 Singularidades de uma capitania hereditária.....128	
3 A circulação da farinha	157
3.1 “Satisfação e rigor”: a cobrança das farinhas do conchavo nas vilas produtoras	159
3.2 Os circuitos da farinha, os agentes do comércio e os mecanismos de fiscalização.....	167
3.3 Os volumes comercializados e os preços da farinha.....	184
4 A floresta mercantil	207
4.1 A atividade madeireira na Capitania de Ilhéus	209
4.2 A feitoria de Cairu.....	216
4.3 Os interesses reais e a indústria privada de madeiras na Comarca de Ilhéus	224
4.4 A extração e o comércio do pau-brasil	242
Conclusão.....	263
FONTES HISTÓRICAS.....	269
BIBLIOGRAFIA:	
LIVROS, ARTIGOS E TESES	277







PREFÁCIO

O trabalho de Marcelo Henrique Dias, que tenho a imensa satisfação de apresentar, é uma pesquisa de fôlego e consistente. O título não podia ser mais apropriado: Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial. A escolha do conceito de antigo sistema colonial, inspirado na definição de José Roberto do Amaral Lapa, permitiu o escopo teórico de sua tese, de interdependência, de funcionalidade na instalação e consolidação dos sistemas agrários regionais no conjunto da economia colonial.

Abrange o início do povoamento da capitania até o início do século XIX, portanto, analisa a região na longa duração, fato hoje raro em estudos históricos; estabelece as estruturas fundiárias, escravistas e produtivas que moldaram muitas áreas tidas antes como estagnadas por não terem conseguido se tornar agro-exportadora, como era o caso de Ilhéus na historiografia tradicional; conseguiu demonstrar a instalação da diversidade da produção ou atividade extrativista local (farinha, madeira de construção e de pau-brasil, artesanato, zimbo etc.) direcionada para o abastecimento não só da área agroexportadora de Salvador, como para os mercados europeu e africano, respondendo a estímulos políticos metropolitanos; estabeleceu as disputas das elites regionais na configuração do modelo econômico.

Marcelo desenvolve uma linha de pesquisa ligada a uma temática hoje clássica, a História Agrária. Há décadas atrás, sob a influência de uma grande his-



toriadora, a professora Maria Yedda Leite Linhares, parte significativa de uma geração empenhou-se em pesquisar regiões de pequenas produções escravistas e ligadas ao abastecimento interno, temas impensáveis quando vigia a ótica da ausência de um mercado interno colonial. Metodologicamente, utilizavam-se fontes variadas e em série, seja para o período colonial ou imperial do Brasil. Esses trabalhos deram frutos. A economia agroexportadora escravista passou a ser analisada como um grande complexo, em que diversas áreas se colocavam como fundamentais para o funcionamento do antigo sistema colonial, através de redes comerciais e de crédito. A fundamentação dessa afirmação, entretanto, carecia de pesquisas apropriadas para regiões da grande lavoura colonial, como era o caso da Bahia. Marcelo conseguiu demonstrar clara e empiricamente o peso das áreas de abastecimento, antes consideradas inexpressivas, como cruciais no complexo regional e colonial.

Mesmo não tendo encontrado os tradicionais inventários, testamentos e livros de escrituras do mundo rural escravista, que deram o tom dos estudos da década de 1980, utilizou-se de farto e múltiplo material documental, com metodologia pertinente e criativa. Traçou um perfil agrário nítido e bem estruturado. Tirou, segundo o dito popular, “leite de pedra”, ao conseguir ligar Ilhéus à política da metrópole e a todo o império português. Conseguiu reunir o que havia de melhor da clássica História Agrária com o que há hoje de melhor na historiografia sobre a economia colonial. E convenceu.



Foi com orgulho que participei desse trabalho na qualidade mais de leitora crítica do que de orientadora, meu papel burocrático. Aprendi mais do que pude ensinar. Marcelo já era, quando chegou à Universidade Federal Fluminense, um pesquisador maduro. O resultado, agora, está finalmente acessível ao grande público.

Sheila de Castro Faria

